

OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS

Francisca Cândida Candeias de Moraes¹ e
Ariovaldo da Costa Botelho Junior²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre as consequências da globalização para as ONG atuantes no Brasil, a partir de breve introdução, incorporando e contextualizando a governança e sua aplicabilidade ao contexto atual nacional, nela incluindo a participação social nas decisões que afetam o futuro coletivo – considerando a sustentabilidade ampliada imprescindível para o desenvolvimento econômico, contrapondo-se à visão anterior, em que deveria ocorrer a qualquer preço, independentemente das consequências para o ser humano e as sociedades. A seguir, se explana o histórico das relações entre o Estado brasileiro e a Sociedade Civil, o atual panorama social nacional e algumas ponderações sobre a transformação do modelo e as interferências no cenário de atuação dessas entidades. Finalmente, se conclui como superar suas dificuldades nos aspectos sociais e econômicos.

55

Palavras-chave: Globalização. Governança. Sustentabilidade. Terceiro Setor.

¹ Doutoranda em Administração pela Universidad Nacional de Misiones – Argentina; Mestre em Administração pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ); Consultora da Fundação Instituto de Administração, Docente dos cursos de graduação tecnológica da Universidade Ibirapuera; sócia fundadora da Tangram Social Educação, Tecnologia e Consultoria. Contato: fmoraes@cidadania.org.br.

² Doutorando em Administração pela Universidad Nacional de Misiones – Argentina; Mestre em Administração pela UniFace; Docente no Centro Universitário Barão de Mauá – Faculdade de Sertãozinho (Fasert) dos cursos de graduação e pós-graduação em Administração; sócio do Centro Cate Consultoria e Treinamento Empresarial. Contato: ariovaldojr@uol.com.br.

IMPACTS OF GLOBALIZATION FOR THE BRAZILIAN NON GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS

ABSTRACT

56 This article presents an analysis of the consequences of globalization for NGO working in Brazil, from brief introduction, incorporating and contextualizing the governance and its applicability to the current national context, including social participation in the decisions that affect the collective future – considering the large essential for sustainable economic development, contrasting with the previous vision, which should occur at any cost, regardless of the consequences for human beings and societies. Then, it explains the history of relations between the Brazilian state and civil society, the current national social landscape and some weights on the transformation of the model and the interference in the setting of performance of these entities. Finally, we conclude as overcome their difficulties in social and economic aspects.

Keywords: Globalization. Governance. Non-profit . Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 80, se observou o aumento do poderio econômico norte-americano, desvanecendo-se a convergência de interesses econômicos entre os estados mais fortes (FIORI, 2005, p.61).

A globalização introduziu novas concepções de organização social, indicando a necessidade de ajustamento das instituições, para responder de forma adequada aos novos, padrões e exigências. Como parte integrante desse cenário, as Organizações Não Governamentais (ONG) brasileiras, relevantes no contexto social nacional, na medida em que são constituídas da sociedade civil, podem ser definidas como o “aspecto político da sociedade: a forma como a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado” (PEREIRA, 1998, p.5); segmento incrementado nas últimas décadas em virtude da

piora das condições sociais e ambientais, da diminuição do apoio das organizações de cooperação internacional e da ação estatal direta que transferiu parte de suas atividades para as mesmas, teve que adequar-se para sobreviver.

No entanto, várias questões se apresentam que precisam ser discutidas nos três segmentos – Estado, Mercado e Terceiro Setor – e por toda a sociedade de forma ampla, que nos remetem à incompatibilidade entre as exigências que lhes são feitas e a disponibilidade de recursos para esse fim, cada vez mais escassos e com maior nível de entraves para sua obtenção, execução e prestação de contas, que colocam em risco sua independência e autonomia.

A globalização, a intensificação das mazelas sociais e ambientais brasileiras e a exposição na mídia resultaram em maior divulgação e consciência da população sobre as relações entre os três setores e o papel de cada um na solução dos problemas coletivos. Este artigo busca fazer uma breve reflexão sobre o contexto econômico global e a ação das entidades sem fins lucrativos, abordando questões que implicam em mudar sua forma e estratégia de atuação.

57

2. GOVERNANÇA GLOBAL E A CONCEPÇÃO DE UM NOVO MODELO

Durante várias décadas o conceito de hegemonia mundial proposto por Charles Kindleberger e Robert Gilpin dominou as economias, e tomou forma o discurso em prol de uma sociedade mais equilibrada, com uma liderança global, que minimizasse os riscos de desestabilização, o qual, ao longo do tempo, evoluiu para o conceito de governança global (FIORI, 2005). Seu questionamento na década de 80, em especial sobre o poder dos Estados Unidos nesse modelo, apesar de possuir aspectos benéficos na manutenção da organização internacional, acabou por trazer uma nova visão, a dos regimes supranacionais, em que a definição dos regimes e soluções internacionais teriam como ponto decisivo a hierarquia e o poder dos Estados. Ao fazer uma análise histórica do conceito, o autor explana que, nos primeiros mercados nacionais europeus, entre os séculos XV e XVIII, o Estado transformou um

espaço político – a economia nacional – em “[...] um espaço econômico coerente, unificado, cujas atividades passaram a se desenvolver em conjunto numa mesma direção” (p.73), para atender às necessidades e inovações materiais, ação iniciada pela Inglaterra que se transformou em uma nova força voltada à acumulação do poder e da riqueza. Até então, os Estados soberanos se valiam do exercício do equilíbrio de poder e da guerra como forma de solucionar conflitos, o que instalou um modelo em que o controle era restrito a poucos países, com maior capacidade de competição político-militar e econômica. No início do século XVIII, o poder ficou concentrado na França, Holanda, Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia, entre os quais existia uma hierarquia, destacando-se os três primeiros, com fortes barreiras à entrada de novos países, entre as quais se incluíam as guerras.

58 Na primeira metade do século XX, a esse sistema de poder concentrado se incorporaram os Estados Unidos e o Japão e, logo a seguir, o Estado nacional se tornou a forma dominante de organização do poder político territorial mundialmente, marcando o ritmo e a tendência do conjunto na direção de um império ou Estado universal e de uma economia global, garantindo o poder dos Estados mais fortes, através do domínio dos demais, minimizando sua soberania.

Historicamente, a chamada hegemonia mundial somente ocorreu nos períodos entre 1870 e 1900 e entre 1945 e 1973, nos quais os demais países convergiram seus interesses e valores para os dos países vitoriosos (Inglaterra e Estados Unidos); no resto do tempo, a governança mundial estaria condicionada a um sistema político único, com solução democrática dos conflitos, contrapondo-se à visão original em que o modelo de jurisdição política unificada se baseava em um sistema internacional.

Ao abordar a governança global e sua relação com a paz, Reiner (2000) explora a insustentabilidade do sistema político e econômico vigente no século XX, que trouxe a incapacidade dos Estados em se organizarem política e economicamente de forma adequada e sua incapacidade de gestão social e econômica eficiente. Mesmo as entidades internacionais mais fortes concordam com a necessidade

de criar um novo paradigma mundial capaz de superar a atual crise e reverter esse processo histórico. A busca, árdua e, até certo ponto, utópica, é transformar o modelo vigente, concentrador e individualista, em uma nova forma de funcionamento, distribuidor de riqueza e com foco no aspecto social, resgatando o ideal da Revolução Francesa e trazendo o cidadão e não o consumidor para o centro das relações:

desenhar uma nova ordem mundial centrada no homem e não mais na riqueza material, retomar os ideais anteriores ao surgimento do mercantilismo, sob uma perspectiva igualitária. Fazer um mundo mais generoso, onde as pessoas não mais sejam consideradas pelo que possuem, mas pelo que são, fazer triunfar o Ser sobre o Ter (REINER, 2000, p.5).

O estudo coloca como questão central da mudança a substituição dos valores centrais da sociedade, permutando o consumismo por outros valores mais humanos, democratizando os processos decisórios das grandes organizações internacionais, como Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI) e outras, para que a maioria das nações possa debater suas posições para alcançar um consenso em benefício da humanidade em locais de debate, abertos a outros importantes segmentos das sociedades e, principalmente, colocando em prática a governança global, convencendo todos os atores de que o resultado da mudança é positiva para todos.

59

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável, conseqüência do conceito de ecodesenvolvimento, proposto por Maurice Strong e Ignacy Sachs na década de 70, traz em seu bojo a concepção alternativa de desenvolvimento, identificando como caminhos

a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação (VIOLA e FERREIRA, 1995, p.104).

Assim, se observa que não se pode pensar em desenvolvimento sem incorporar o homem como centro das relações humanas, inclusive

nos aspectos econômicos, na medida em que a desigualdade traz consequências funestas a todo o planeta e às sociedades Buarque e Souza (1995, p. 209-210) apontam a existência de um ciclo vicioso entre a degradação do meio ambiente e a pobreza, por duas razões: a primeira, porque os pobres constituem as principais vítimas da contaminação e deterioração ambiental, devido à vulnerabilidade e incapacidade de defesa e proteção frente aos seus aspectos negativos; e a segunda, porque as condições de vida, em especial nos grandes centros urbanos, provocam a agressão do meio, com a subutilização do solo e dos recursos naturais.

60 É preciso que, na concepção de um modelo mais sustentável, se incorporem, além dos aspectos econômicos, a participação social e a erradicação da desigualdade, na medida em que “a sustentabilidade está associada a outras três dimensões sociais já consagradas pelo pensamento político do século XX: democracia, equidade e eficiência” (VIOLA e FERREIRA, 1995, p.115).

Dessa forma, não basta que as instituições considerem as necessidades e desejos humanos para que um novo sistema mais adequado se torne realidade; o termo governança global é definido como “a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996), o que implica em um tratamento contínuo dos conflitos e de ações em cooperação, atendendo a acordos formais ou informais sobre os interesses de instituições e indivíduos (op. cit., p. 2). A governança global não pode ficar restrita à visão inicial, de relações intergovernamentais; pressupõe espaços de poder dos diversos atores para controlar e utilizar de forma construtiva os recursos necessários aos seus objetivos, incluindo a visão integrada da sobrevivência e prosperidade humanas (op. cit., p. 2-3), buscando uma “ordem mundial mais propícia à paz e ao progresso para todos os povos do mundo” (op. cit., p. 5). No mesmo documento, se aponta que os problemas sociais e ambientais são uma consequência da falta de visão total do planeta e da Humanidade como responsabilidade de todos, urgindo construir um novo conceito de organização mundial, capaz de superar a escassez de recursos naturais e o crescimento

absurdo da pobreza e desigualdade social. Essa responsabilidade coletiva e sua capacidade de contribuição estão ilustradas no Relatório de Desenvolvimento Humano 2006, na medida em que

por todo o mundo em desenvolvimento, as pessoas que vivem em bairros degradados e as aldeias rurais lideram através do exemplo, mobilizando recursos e evidenciando energia e inovação na forma como lidam com os seus problemas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2006).

Se, por um lado, a globalização propiciou o acesso de grande parte da população mundial a informações e produtos anteriormente restritos ao âmbito nacional interno, por outro, destacou a urgência de transformar o modelo vigente em um outro, capaz de reduzir as desigualdades:

O processo de globalização está gerando, até agora, ainda que não se trate de uma necessidade histórica e a situação possa mudar devido à alta incerteza sistêmica, um processo de nova dualização nas sociedades nacionais. Essa neodualização é entre os incluídos e os excluídos da sociedade globalizada [...] (VIOLA e FERREIRA, 1995, p. 28).

61

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, aliados à quebradeira das multinacionais mostraram às elites governantes e classes dominantes, nos EUA e em outras nações, que a maior potência mundial é vulnerável; o capitalismo passa por uma crise que provoca a reflexão sobre a atuação e o poder do Estado (GAZETA MERCANTIL, 2002), mostrando que o principal exemplo do poder econômico mundial pode ser questionado e trazendo discussões sobre a efetividade do modelo e suas consequências para o mundo, do excessivo poder centralizado em apenas um Estado. Como resultado, firmou-se a consciência mundial dessa inadequação, que contribuiu para o aumento das diferenças sociais, bloqueando o desenvolvimento dos processos sociais e provocando o desaparecimento de culturas que se afastam dos interesses dominantes. Os ataques, além de seu caráter terrorista, demonstraram o repúdio ao poderio centralizado e ao modelo de economia global nos moldes em que foi instalado, pois trouxeram à tona uma realidade na qual era latente a insatisfação

não foram a causa, mas eles serviram para dramatizar um fenômeno existente, o do desencanto em relação ao modelo americano como a solução de todos os problemas ligados ao desenvolvimento das nações, abrindo espaço para a redefinição do papel do Estado e, conseqüentemente, do Terceiro Setor (REVISTA VEJA, 2002).

Se o papel social das empresas no passado era restrito à produção da riqueza, multiplicação do capital investido, geração de emprego e arrecadação de tributos, no novo contexto,

os compromissos com o desenvolvimento das pessoas que emprega; com a segurança e a satisfação dos clientes e consumidores; com a proteção do ambiente e preservação dos recursos não renováveis e com o bem-estar da comunidade despontam como alvos estratégicos, tanto quanto aqueles de enfoque exclusivamente empresarial (FISCHER, 2006, p.19),

- 62 criando as condições propícias a alianças intersetoriais para maximizar o resultado social, baseadas no conceito de colaboração integrada e articulada com foco no bem-estar comum.

Dessa forma, se torna patente que as diferentes esferas da sociedade precisam participar das decisões que afetam os cenários sociais e econômicos nos quais estão inseridas; nesse contexto, as organizações representativas dos segmentos não estatais assumem papel relevante nas decisões que afetam o futuro coletivo, levando-as a ocupar uma posição mais importante, onde, muitas vezes, representam setores sem voz ativa no contexto econômico.

3. A MUDANÇA DO MODELO ECONÔMICO E O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA

Na realidade nacional, destacam-se várias fases em que o poderio dos mais fortes foi patente, desde o período do Brasil Colônia, onde a sobrevivência dos demais estava sujeita à dependência dos donos dos meios de produção, com forte atuação da Igreja Católica, passando pela transformação industrial no final do século XVIII, capitaneada pelos setores dominantes; mantinha-se a estrutura agrária, o paternalismo

e o papel fundamental do Estado e da Igreja, responsáveis pela promoção da assistência social, do ensino e da saúde. Mesclavam-se os aspectos público, privado, confessional e civil, com a assistência à população feita através da lógica da autoridade tradicional, onde os senhores protegem os pobres, inviabilizando as associações voluntárias autônomas para prestação de serviços de caráter público, que, quando permitidas, tinham participação central da Igreja.

No período seguinte, o Estado central efetivamente consolidou seu poder sobre as estruturas de poder regional, em um modelo pautado por hierarquias e lealdades regionais, onde prevaleciam relações baseadas em laços de parentesco e troca de votos por favores políticos. Ao longo do século XIX distanciaram-se as atuações do Estado e da Igreja, em especial com a Constituição de 1891, que estabeleceu a liberdade de culto, a proibição de subvenções governamentais à Igreja e à educação religiosa, reconheceu a validade apenas para casamentos civis e secularizou a educação, fazendo com que a Igreja se reestruturasse em torno de um poder único, sediado em Roma, e, sustentada pelos fiéis mais abastados, criasse um elo com a burguesia agrária, atuando em suas próprias escolas, hospitais, obras pias e caritativas.

63

A Constituição de 1934 trouxe novos privilégios à Igreja, baseando-se em sua influência na família e na moral, com destaque para a aceitação do casamento religioso e a admissão de padres como capelães nas Forças Armadas e a possibilidade de o Estado dedicar-lhe recursos para o interesse coletivo, o que propiciou a proliferação de entidades sem fins lucrativos nas áreas de educação, saúde e assistência social mantidas pela Igreja, por empresários e grupos dominantes à época, ao lado do crescimento da atuação das Igrejas Protestantes na área religiosa e na prestação de serviços sociais (MORAES, 2002).

O movimento social mais significativo até então foi o abolicionismo, que contou com a participação de diferentes atores nos centros urbanos do país, ao final do século XIX; muitas vezes formalizado através de sociedades de auxílio mútuo e dos primeiros sindicatos, tinha participação ativa dos trabalhadores na ajuda aos companheiros desfavorecidos, porém ainda sem foco em estruturas de apoio à luta

política. Estudo sobre o período 1880-1920 apresenta a proliferação de associações voluntárias de auxílio na época, notadamente com foco na nacionalidade devido ao grande número de imigrantes, principalmente europeus, que povoavam as cidades, as quais arregimentaram trabalhadores e iniciaram movimentos sindicais, caracterizados por frequentes greves e choques com os sucessivos governos republicanos. As entidades de classe surgiram logo a seguir, inicialmente de profissionais – Associação Brasileira de Imprensa em 1908 e Associação Central Brasileira de Cirurgiões Dentistas, em 1911 – seguidas pelas organizações patronais, configurando o início da construção de vias de comunicação com o poder público federal e regional (DINIZ, 2004).

64 O início da era nacional-desenvolvimentista e centralizadora no começo da década de 30 trouxe nova postura do Estado, que ampliou a atuação no financiamento e prestação direta de serviços em áreas como a educação, a cultura e a saúde; e consolidou-se a sociedade industrial, pautada pelo corporativismo, fragmentação, seletividade e ineficiência. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, propiciou a estruturação de uma cidadania regulada, num sistema de estratificação ocupacional e não em um código de valores políticos, forçando a expansão da cidadania através da regulamentação de novas profissões.

Os sindicatos foram regulamentados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, subordinada ao Ministério do Trabalho, e estabeleceu-se o imposto sindical, administrado pelo mesmo órgão, utilizado na promoção de atividades assistenciais através dos sindicatos (escolas, cooperativas, colônias de férias etc.), o que, do ponto de vista histórico, situou a atuação sindical entre o público e o privado, entre o controle estatal e as classes trabalhadoras.

Os primeiros mecanismos de estímulo ao setor privado sem fins lucrativos eram controlados pelo Estado: Declaração de Utilidade Pública, de 1935, reservada ao Presidente da República, para regular a relação entre essas instituições e o poder público; o Conselho Nacional de Serviço Social de 1938, subordinado ao Ministério do Trabalho, que qualificou as instituições assistenciais a receberem subsídios

governamentais; a Legião Brasileira de Assistência de 1942, agência governamental mantida com recursos de doações particulares e recursos públicos, com a presidência estatutária destinada às primeiras-damas da República, a qual abarcou cerca de 90% dos municípios brasileiros, tornando-se a forma predileta das damas da sociedade efetuarem caridade social e alvo da política clientelista do governo.

Essa fase, que perdurou de 1937 a 1945, com a implantação do regime autoritário, foi pautada por pactos entre o Estado, as igrejas e as demais organizações da sociedade civil. As relações entre o Estado e o associativismo independente e politizado foram conflituosas e excludentes, e as instituições que não compunham o sindicalismo interligado ao Ministério do Trabalho foram se dissolvendo gradativamente.

A consolidação do desenvolvimento industrial via substituição de importações, sob a intervenção econômica do Estado, no final da década de 1950, embora com discurso nacionalista, trouxe a progressiva aliança do país com os grandes centros do capital internacional e, a partir de 1961, a queda do crescimento e a contínua crise política, configurada pela busca de reformas estruturais pela sociedade que colocavam a Reforma Agrária como uma das questões fundamentais para a reinserção dos marginalizados no mercado, culminaram com o golpe de 1964. Até então, redefinem-se as relações entre o Estado e a sociedade com o crescimento de entidades marcadas pela autonomia e oposição ao Estado, fortalecidas por um cenário composto de mudanças do regime político e das políticas sociais governamentais, a entrada de atores internacionais na cooperação não governamental e pelas transformações nas relações entre a Igreja e o Estado. No entanto, a adoção de um modelo de industrialização, gerador de concentração de renda, a mudança para um regime autoritário e o reforço do Executivo provocaram a extinção das organizações e movimentos sociais através de intervenção federal, bem como a dissolução de partidos políticos e a censura da imprensa, dentre outras atitudes repressivas (MORAES, 2002).

Simultaneamente ao desmonte da estrutura de associações

da sociedade civil, o Estado voltou-se para interesses privados, destacando-se as políticas sociais, reformuladas e centralizadas entre 1964 e 1985, com sistemas nacionais públicos ou com regulação estatal nas áreas de bens e serviços sociais básicos, um sistema previdenciário exclusivamente estatal, sem participação da sociedade civil, e imensos espaços para o jogo de poder e influência entre a burocracia pública e grandes empresas privadas.

66 Em período mais recente, ocorreu um boom de associações civis, destacando-se a criação de entidades organizadas em torno de objetivos públicos sociais, frequentemente atuando na clandestinidade e em oposição ao Estado, afastando-se do apoio empresarial e governamental e centrando-se em projetos de prestação de serviços de ordem material à população-alvo, financiadas por organizações não governamentais internacionais, baseadas em princípios cristãos, ou marxistas, e por militância e profissionalismo, objetivando a cidadania e a autonomia dos grupos de base da sociedade, e tendo como característica básica o direcionamento político de suas atividades.

Inicialmente centrado em instituições com foco em suprir a incapacidade do Estado para atender às necessidades sociais básicas, o Terceiro Setor Brasileiro vem crescendo de amplitude e formas de atuação, trazendo uma miríade de atores de diferentes setores da sociedade civil a buscar alternativas para inclusão no contexto político e econômico do país. No novo cenário internacional globalizado, a sociedade civil e suas organizações ampliam sua importância, trazendo novas interpretações das prioridades internacionais, do papel do Estado-Nação, do equilíbrio e da interdependência das prioridades econômicas e sociais, da seguridade humana e dos imperativos da sustentabilidade. As organizações em torno das ações da ONU e a nova rede ambiental global trouxeram novos paradigmas, deram forma à governança global e propiciaram a ampliação do papel das ONG, com a intensificação da democracia participativa, da pressão das políticas públicas e atuação internacional, provocando a necessidade de sua reconfiguração para larga escala, muitas vezes atuando em âmbito internacional (VIEIRA, 2001) e, certamente, trazendo mais exposição pública global dos problemas brasileiros

e da atuação dessas instituições no encaminhamento e solução de questões ambientais e sociais.

4. AS ONG E O PANORAMA SOCIAL BRASILEIRO

Na avaliação local, a realidade brasileira é pautada por desigualdades sociais e regionais: pobreza extrema, concentração de fluxos de renda e estoques de riqueza, insegurança no trabalho e nas ruas, discriminações de raça, gênero e idade, baixa qualidade dos serviços públicos, dentre outros aspectos, e ainda não apresentam um caminho rápido e estrutural de solução.

As políticas sociais encontram-se entre duas correntes históricas: **a)** reconhecimento da melhoria de cobertura e perfil redistributivo desde a implementação das ações previstas na Constituição de 1988, e **b)** entendimento das políticas sociais e do respectivo gasto público bem como suas causas, passando pelo desempenho econômico, o aumento da carga tributária e o custo-Brasil; em resumo, um ambiente econômico ainda marcado por elementos de desestabilização (alto endividamento financeiro do setor público, baixas taxas de crescimento econômico, altas taxas de desemprego), com consequências incertas sobre as possibilidades futuras de desenvolvimento social sustentado (BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS, 2007).

67

O IPEA (2006) aponta o aumento da participação da sociedade civil na execução de ações sociais voluntárias ou compartilhadas com o poder público, que ainda não pode ser avaliada em relação ao sentido da atuação ou dos resultados alcançados; no entanto, não se pode negar sua validade para a mudança social brasileira, na medida em que seus grupos integrantes, muitas vezes, chegam onde o poder público não consegue chegar e onde as relações sociais, frequentemente, acontecem de forma distinta. A violência chegou ao limite, invadindo o espaço de grandes empresas e ultrapassando os portões das residências de alto luxo, trazendo a premência de discussão dos problemas sociais decorrentes do modelo econômico atual e das relações entre o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil, em virtude da ameaça para o processo democrático:

a proliferação dos condomínios fechados com seus sistemas sofisticados de segurança, o esvaziamento e abandono dos espaços públicos pelas classes médias e altas, assim como os carros blindados, transportando os executivos entre casa, escritório e shopping center, são sintomas desta retirada ou negação da vida social e política das comunidades locais e da vida pública pelos estabelecidos (FREY, 2007, p.137).

Como afirma Lopes (2004), é preciso consciência das desigualdades pelos governantes e ações efetivas para sua eliminação, incorporando os diferentes atores sociais na esfera pública ampliada, articulando

segmentos participativos da sociedade que implique uma nova configuração das políticas sociais, capaz de produzir estratégias amplas de enfrentamento da exclusão social, de forma a inscrever os interesses das maiorias nos processos de decisão política (op. cit. p. 60).

68 Apesar da relevância das organizações não governamentais como representantes dos interesses públicos, o que, de certa forma, desqualifica o Estado como esfera de efetivação das políticas coletivas, elas atuam em esfera privada e satisfazem necessidades públicas específicas, muitas vezes, com recursos oriundos de entidades governamentais.

Há um progressivo crescimento de obras e estudos dedicados à gestão pública com foco na governança, apresentando a necessidade de mobilizar todo o conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da performance administrativa e da democratização dos processos decisórios locais, trazendo uma mudança radical em relação aos conceitos tradicionais relacionados à política ou teoria urbanas, baseados no princípio da autoridade estatal, destacando novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo e o crescente terceiro setor, oscilando entre correntes que

[...] enfatizam como objetivo principal o aumento da eficiência e efetividade governamental e outros que focalizam primordialmente o potencial democrático e emancipatório de novas abordagens de governança (FREY, 2007, p.138).

O modelo gerencial tradicionalmente adotado pela administração pública brasileira inspira-se no setor privado; porém, para um efetivo modelo de governança deveria se buscar a construção de um modelo democrático-participativo, com aumento do controle social, pela democratização das relações Estado/Sociedade e a ampliação da participação da sociedade civil e da população na gestão da coisa pública, ou seja, mecanismos para incluir os diversos segmentos sociais nas decisões governamentais, articulando os movimentos sociais e as organizações sem fins lucrativos, que também passaram por grandes mudanças no contexto de atuação e estão sujeitas a mudanças estruturais para adequar-se à realidade futura desejada.

Armani (1994), ao mapear as mudanças contextuais das ONG brasileiras, identifica três campos principais alterados no seu cenário de atuação nas últimas décadas. O primeiro é o contexto socio-econômico e político brasileiro a partir da nova Constituição em 1988, que intensificou as possibilidades de atuação da Sociedade Civil, com novos aspectos nas políticas sociais, destacando-se a institucionalização de direitos socioeconômicos, cidadania política, princípios da descentralização e participação popular. As políticas neoliberais iniciadas em 1990 e continuadas no governo Fernando Henrique Cardoso, com redução do gasto social, aumentaram o desemprego estrutural e conjuntural e os problemas sociais decorrentes, intensificando a pobreza e a desigualdade; simultaneamente, ocorreu o aumento das possibilidades de atuação das ONG com os governos, por meio de novos canais de articulação e fontes de recursos, aumento da exposição pública e, conseqüentemente, maior exigência quanto à eficiência, eficácia e efetividade. Por outro lado, o orçamento governamental para políticas sociais sofreu cortes sistemáticos, e várias ações contrárias ao caráter universal das políticas sociais propiciaram o crescimento da terceirização de serviços sociais. O último aspecto relevante é a Reforma do Estado, que busca reduzir o tamanho do Estado em um modelo mais coerente, moderno e eficiente e transfere serviços sociais e recursos às empresas e ao Terceiro Setor.

A cooperação internacional é apontada pelo mesmo autor como o segundo campo de mudanças com impacto no Terceiro Setor brasileiro,

na medida em que, desde o final da década de 80, o seu panorama relacional com os agentes de cooperação internacional europeus se alterou, passando, desde o final dos anos 90, por uma significativa reconfiguração que combina realinhamento e/ou redução de recursos, intensificação de espaços e mecanismos de diálogo e articulação, com maiores exigências e controles sobre a performance das organizações apoiadas. Esse processo se tornou mais incisivo com as transformações na cooperação internacional das organizações europeias: redefinição de sua identidade e imagem pública, fortalecendo vantagens comparativas e competências na captação de recursos, aumento da dependência de recursos governamentais, redirecionamento dos recursos para a África e a Europa do Leste, maior rigor na seleção de parceiros nacionais, incluindo a concentração temática e regional, aumento das demandas sobre eficiência organizacional e desenvolvimento institucional e ampliação das oportunidades de parcerias não financeiras. Aliados a essas questões, o desenvolvimento de movimentos internacionais, novos espaços e redes internacionais de articulação contribuíram para a mudança no contexto brasileiro.

O terceiro campo de mudanças de destaque é o desenvolvimento das ONG brasileiras, com o fortalecimento do setor, o desenvolvimento institucional e a projeção para a sociedade civil, que, ao lado de maior capacidade de articulação, comunicação e representação, trouxeram necessidade de definição da identidade do segmento, de validação social ampla (junto à sociedade, ao Estado, ao mercado e à comunidade acadêmica), nos aspectos político e técnico. Paralelamente, houve o surgimento maciço de instituições com caráter social empresariais, desenvolvimento de estudos específicos sobre o segmento por universidades, ampliação das atividades sindicais para atender demandas sociais, criação de organizações em um novo modelo reconhecido pelo Estado, ou seja, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ampliando a concepção sobre o Terceiro Setor, e aumentaram as exigências de controle social e transparência nas ações. Esse cenário trouxe sérias consequências para a visão original das ONG, que tiveram que adaptar-se aos novos instrumentos gerenciais como formas de planejamento, avaliação e monitoramento do trabalho,

gestão interna e o escopo da *accountability* a que estão obrigadas. Observou-se, também, como uma das principais mudanças a ampliação da escala do trabalho, articulando o local com o regional e o nacional e mesmo o internacional (*scalling up*), interferindo inclusive na sustentabilidade financeira, considerando que as mudanças no cenário nacional e internacional resultaram em um processo de nacionalização: atender aos parceiros europeus, incorporar conceitos das organizações norte-americanas e desenvolver capacidade para obter fundos nacionais públicos e privados e vender serviços são fortes desafios para o desenvolvimento institucional, exigindo inovação e flexibilidade, exigindo garantia do resultado de suas ações na melhoria da qualidade da população e na promoção de um novo modelo de desenvolvimento brasileiro (ARMANI, 1994).

Definida por Moraes (2002) como

a capacidade de obter os recursos suficientes para a execução dos projetos e atividades, adquirindo competência organizacional adequada ao gerenciamento dos mesmos, simultaneamente ao desenvolvimento institucional no que se refere ao respeito à missão e objetivos estratégicos, em seus aspectos objetivos e subjetivos, instrumentais e conceituais (p.306),

71

a sustentabilidade financeira é importante porque propicia a subsistência nos aspectos que demandam recursos monetários; por outro lado, sua obtenção e administração precisam ser realizadas em consonância com a missão e objetivos estratégicos institucionais, preservando as capacidades coletivas históricas e desenvolvendo habilidades de natureza coletiva (atuação em parcerias e redes, fortalecimento institucional, relacionamento com agentes dos demais setores) construídas coletivamente ao longo da história da instituição e com investimento no capital humano, pressupondo profissionalização e capacitação técnica e cuidado no tratamento das relações estabelecidas interna e externamente.

Durão (1999) aborda o avanço institucional do segmento promovido pela Lei Nº. 9790/99, que criou as OSCIP, permitindo novas parcerias com o poder público; no entanto, reitera a preocupação da Associação

Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) com a precariedade da autonomia das ONG em virtude das parcerias em atividades complementares à ação governamental, muitas vezes terceirizadas para aquelas, gerando uma dependência que pode colocar em risco seu papel questionador de políticas públicas inadequadas. Esse quadro se complica com a redução do orçamento destinado à área social, agravando um contexto social de tradição filantrópica limitada e cidadania frágil, forçando as entidades a buscar a cooperação internacional para obter os recursos necessários, em especial as exclusivamente voltadas para a assistência social ou cujas mantenedoras não permitem o enquadramento na nova legislação e, portanto, não podem usufruir da nova forma legal de qualificação.

72 No entanto, a reconfiguração das relações entre as entidades brasileiras e as agências de cooperação internacional trouxe diminuição dos recursos disponíveis, mais exigências e dificuldades de obtenção, retraindo o modelo centrado em recursos internacionais e provocando a busca de recursos de fundos públicos nacionais. Recentemente, com o crescimento do tema responsabilidade social, o apoio de empresas privadas, que poderia ser um importante mecanismo de articulação entre o segundo e o terceiro setores, apresenta, no Brasil, uma tendência de execução direta de projetos pelas empresas, com baixo nível de apoio a ONG e que, quando ocorre, exige um nível de competência administrativa, muitas vezes, quase inexistente nessas instituições (MORAES, 2002).

Assim, as organizações não governamentais tiveram que adequar-se em aspectos internos – redução dos quadros permanentes e foco em determinadas áreas, incorporação de novos mecanismos para aumento da eficiência e eficácia organizacional, e externos – novas estratégias de captação e ampliação das fontes de financiamento, para enfrentar o desafio de reestruturar-se e serem validadas pela sociedade (ARMANI, 1994).

5. A ADAPTAÇÃO DAS ONG À GLOBALIZAÇÃO

No passado, a preocupação principal dessas organizações era a eficácia,

os resultados finalísticos, e grande parte de seus agentes buscava o anonimato; atualmente, o novo cenário e suas consequências provocam a necessidade de maior divulgação não apenas das ações, mas também dos atores envolvidos, de forma a dar maior credibilidade institucional, validação social e, conseqüentemente, contar com maior número de apoiadores que as legitimem.

Assim, as instituições sem fins lucrativos ao redor do planeta buscaram criar redes de articulação capazes de fortalecê-las e sedimentar sua importância na mudança social. Surgiram organizações de escopo internacional, como o *Social Watch* (Observatório da Cidadania ou Control Ciudadano), formado por 105 entidades da sociedade civil de 50 países de todas as regiões do mundo, integrantes de redes de organizações sem fins lucrativos, que fiscaliza as ações governamentais para erradicação da pobreza e da equidade de gênero em âmbito global. No Brasil, destacam-se como seus membros o Cedec – São Paulo; Fase, IBASE – Rio de Janeiro; INESC – Brasília e SOS Corpo – Recife (AGUIAR, 1999).

73

Outras organizações importantes no cenário nacional e internacional se destacam, e a ABONG, que comemorou 15 anos de existência em 2006, nascida da articulação de:

organizações fortemente marcadas pela resistência a ditadura e autoritarismo; pela presença ativa nas lutas democráticas, pelo compromisso de luta contra a exclusão e as desigualdades sociais; pela defesa de direitos e construção da cidadania; pelo apoio aos movimentos sociais, pela busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; e pela defesa intransigente da ética na política para a consolidação da democracia (ABONG, 2006a, p.9).

A partir de 1983, a ABONG atua em fóruns locais, gradualmente ampliando a participação de instituições de outros países e sendo incorporada como ator político relevante no contexto nacional e internacional, inclusive com a discussão das pautas do Estado brasileiro e das agências de cooperação internacional.

Uma atuação conjunta importante das ONG brasileiras no cenário nacional e internacional é o Processo de Articulação e Diálogo (PAD), reunindo agências ecumênicas europeias e seus parceiros no Brasil, e realizando, desde 1996, uma série de atividades de articulação de diferentes interesses e formas de organização baseadas no diálogo em dois eixos temáticos: Direitos Humanos e Modelos de Desenvolvimento e Desenvolvimento Institucional e Desenvolvimento Organizacional; pressupõe a ampliação da integração dos atores envolvidos, a expressão pública, integração e tematização da cooperação internacional e das relações Norte-Sul, buscando, no primeiro eixo, tratar dos Direitos Humanos em seu sentido amplo: direitos políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, e, no segundo, do desenvolvimento da institucionalidade das entidades no Brasil e na Europa, de seus processos organizacionais frente à missão maior de mudar as condições de pobreza e injustiça social da maioria da população brasileira (ABONG, 2006b).

- 74 Como exemplo da necessidade e importância da articulação para além das fronteiras nacionais para a ampliação do poder de interferência do segmento, o Fórum Social Mundial, que ocorre anualmente desde 2001, é

[...] um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONG e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, se configurou como um processo mundial permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2006,p135).

Capitaneado inicialmente pela ABONG e outras redes de instituições sem fins lucrativos, ocorreu durante os três primeiros anos no Brasil e foi estabelecido com o objetivo de tornar-se uma instância capaz de representar a sociedade civil mundial, através da articulação de entidades envolvidas com a busca de um mundo mais justo; atualmente tem tal relevância que causa a diminuição de importância de outros eventos internacionais que ocorrem no mesmo período de sua realização e, principalmente, traz à mídia internacional o resultado da discussão coletiva por entidades de todo o mundo, de aspectos sociais

de maior importância, questionando o modelo econômico vigente e criando um mecanismo articulado de combate à exploração humana em âmbito global.

A articulação institucional como instrumento de difusão, conceituação e conscientização social não é utilizado apenas pelas ONG; as empresas também descobriram que esse caminho é um dos principais instrumentos para fortalecer as instituições integrantes, propiciando o crescimento de entidades vinculadas às empresas socialmente responsáveis, como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social ou o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). O primeiro é uma organização que visa auxiliar as empresas na mobilização para a gestão responsável dos negócios e tem buscado ampliação para além do espaço geográfico nacional, realizando, anualmente, a Conferência Internacional – Empresas e Responsabilidade Social, que aborda o papel das empresas nas sociedades sustentáveis. O GIFE, além de atuar na orientação de ações empresariais socialmente responsáveis, busca 75 capacitar seus associados para a execução de projetos e fomentar as parcerias na área social entre o setor privado, o Estado e a sociedade civil organizada. Consciente da necessidade de articulação para além do contexto nacional, realiza, além do Congresso Nacional sobre Investimento Social Privado, o Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor, incorporando as demais instituições do segmento nacionais e internacionais no processo de discussão coletiva para a construção de uma sociedade mais justa.

8. CONCLUSÃO

As instituições sem fins lucrativos brasileiras, apesar dos grandes avanços em relação ao passado, encontram muitas dificuldades para atuarem globalmente, em especial porque grande parcela delas não tem desenvolvida a capacidade de geração de recursos, dependendo, em grande parte, de fundos públicos, comprometendo sua autonomia.

A alternativa, a obtenção de recursos externos através de articulações internacionais, pressupõe condições que somente as instituições mais desenvolvidas possuem: quadro de pessoal com qualificação

em idiomas estrangeiros, acesso às informações sobre a existência das fontes e recursos suficientes para arcar com a contrapartida necessária para a cobertura de encargos trabalhistas definidos pela legislação brasileira: as que não dispõem de tais recursos são, muitas vezes, consideradas inelegíveis pelos financiadores. Além disso, o financiamento internacional é visto como argumento para desqualificar a ação de ONG e movimentos sociais brasileiros, como se aqueles recursos representassem interesses internos, não genuinamente brasileiros (FALCONER e VILELA, 2001), gerando um círculo vicioso, na medida em que os recursos nacionais apresentam critérios seletivos nem sempre passíveis de atendimento pelas instituições que mais necessidade teriam dos mesmos.

76 Mesmo as instituições solidamente estruturadas, com histórico de sucesso, enfrentam as dificuldades decorrentes da retração da cooperação internacional, tornando-se um grande desafio descobrir outros caminhos que conduzam à sustentabilidade: concentrar esforços na missão institucional, mesclar estratégias institucionais de geração e captação de recursos, desenvolver mecanismos para apoio institucional e financiamento de projetos com baixo nível de interesse dos apoiadores, estabelecer ações que possam contribuir com o crescimento da instituição e descartar oportunidades de obter recursos com projetos que não estejam coerentes com a missão e objetivos estratégicos, desenvolver ações social e politicamente relevantes e utilizar ferramentas de planejamento de longo prazo, monitoramento e avaliação.

A atuação em redes e parcerias é uma forma de fortalecimento conjunto das instituições envolvidas, na medida em que aumentam seu poder nacional e internacional ao demonstrar a relevância dos temas tratados e a capacidade de articulação social das entidades. Esse fato se confirmou nas últimas décadas, ao colocar o Brasil no centro das atenções internacionais não apenas pelas questões de sustentabilidade ambiental, mas também porque as ações das organizações nacionais possibilitaram o trabalho em parceria com entidades externas, fortalecendo a democracia mundial. Esse tipo de aliança entre as instituições ainda significa uma forma de redução

de custos capaz de promover a autonomia do segmento, que talvez responda parcialmente o questionamento apontado por Durão (1995) sobre como manter sua identidade diante do desafio de conciliar a execução de projetos de qualidade racionalizando gastos e sobreviver com autonomia com recursos nacionais e internacionais.

As condições contextuais atuais, no escopo nacional e internacional, colocam as entidades na posição de obrigatoriamente atenderem às exigências de financiadores diretos e da sociedade de forma geral, exigindo, mesmo no caso dos apoiadores internacionais, uma gama de controles burocráticos que geram dispêndio de recursos, mudando, inclusive, as regras da cooperação internacional em relação ao Brasil (MORAES, 2002). Assim, houve a necessidade de mudança no relacionamento das ONG com os demais setores, na medida em que a mudança de paradigma implica em abrir o diálogo e mesmo em estabelecer parcerias com o governo, com os empresários e até mesmo com as tradicionais associações de ajuda mútua e assistência (MEREGE e AQUINO, 1997).

77

Um novo cenário se abre diante do Terceiro Setor, que precisa, para fortalecer sua atuação, estabelecer estratégias de articulação nacional que integrem os demais segmentos na criação de uma sólida rede de apoio social e, simultaneamente, buscar parceiros internacionais que se comprometam com a criação de um mundo mais justo e igualitário, construindo uma sociedade sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, *ABONG Comemora seus 15 Anos*. São Paulo, 2006a. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: 09 mai. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS, *PAD - Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros*. São Paulo, 2006b. Disponível em: <<http://www2.abong.org.br/>>

final/caderno2.php?cdm=12062>. Acesso em: 01 jun. 2007.

AGUIAR, Sonia. Observatório da cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. *Revista Ciência da Informação*. Brasília, v. 28, n. 2, p.139-145, mai 1999. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n2/28n2a06.pdf>>. Acesso em: 07 jun 2007.

ARMANI, Domingos. Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras. *Cadernos ABONG*. São Paulo, n. 2, dez 1994. Disponível em: <<http://www2.abong.org.br/final/caderno2.php?cdm=10414>>. Acesso em: 05 jun. 2007.

BOLETIM DE POLÍTICAS SOCIAIS – ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE. Brasília: IPEA. n. 13, ed. especial, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttCD_CHAVE=2781>. Acesso em: 08 jun. 2007.

78

BUARQUE, Sergio C.; SOUZA, Ester Maria Aguiar de. Pobreza y Medio Ambiente: El Caso de Brasil. In: HAJEK, Ernest R. (Org). *Pobreza y Medio Ambiente en América Latina*. Buenos Aires: Konrad Adenauer Stiftung y Centro Interdisciplinario sobre el Desarrollo Latinoamericano, 1995.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. *Nossa Comunidade Global / Comissão sobre Governança Global*. Rio de Janeiro, 1996.

DINIZ, Eli. *Globalização, Reformas Econômicas e Elites Empresariais*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. As Perspectivas de Parceria com Instituições de Cooperação Internacional para as ONGS Brasileiras: Um Olhar Conjuntural. *Cadernos ABONG. As Ongs e a Realidade Brasileira*. São Paulo, n. 9, ago 1995. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acesso em: fev.2002.

DURÃO, Jorge Eduardo Saavedra. O Impacto da Reforma do Estado e Ação das ONG. In: *CONGRESSO DAS APAE's*, 19, Belo Horizonte, 1999. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

(APAE). Disponível em: <<http://www.rits.org.br/acervo-d/reforma%20estado.doc>>. Acesso em: 07 mar. 2007.

FALCONER, Andres Pablo e VILELA, Roberto. *Recursos Privados para Fins Públicos: As Grantmarkers Brasileiras*. São Paulo: Peirópolis, 2001.

FIORI, José Luís. *Sobre o poder global. Novos estudos*, São Paulo, n. 73, p.61-72, nov. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2007 (Pré-publicação).

FISCHER, Rosa Maria. *Responsabilidade social como expressão de cidadania. Boletim Informações FIPE*. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/publicacoes/downloads/bif/2006/>>. Acesso em: 20 mai. 2007.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. São Paulo. *O que é o Fórum Social Mundial*. São Paulo, 2006. Disponível em <<http://www.forumsocialmundial.org.br>>. Acesso em 07 jun. 2007.

FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. *RAC-Eletrônica*, Curitiba, v. 1, n. 1, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac-e>>. Acesso em: 07 jun. 2007.

GAZETA MERCANTIL. Sociólogo diz que fraudes denunciam crise do capitalismo. *Gazeta Mercantil*: São Paulo, 12 jul. 2002, Disponível em: <<http://www.gazetamercantil.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *A Iniciativa Privada e o Espírito Público: A evolução da ação social das empresas privadas no Brasil*. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial/>>. Acesso em 14 jun. 2007.

LOPES, José Rogério. Terceiro setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. *Perspectiva*. São Paulo, v. 18, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

88392004000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2007 (Pré-publicação).

MEREGE, Luís C. e AQUINO, Mário Alves. Desenvolvendo a Filantropia Empresarial através da Educação: uma Experiência Brasileira. *Cadernos do III Setor*, CETS, São Paulo, n. 1, nov. 1997. Disponível em: <<http://integracao.fgvsp.br/download/cadernos/caderno1.doc>>. Acesso em: 14 fev. 2002.

MORAES, Francisca C C. *COMO GARANTIR A AUTO-SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS*. Um Estudo Sobre a Auto-sustentação Financeira das Organizações Não Governamentais. 2002. Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002 (Dissertação de Mestrado).

80

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Sociedade Civil: sua democratização para Reforma do Estado*. Textos para Discussão ENAP, Brasília, n. 32, nov. 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Nova Iorque. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2006*. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água. Nova Iorque, 2006. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/>>. Acesso em: 09 jun. 2007.

REINER, Lúcio. *Governança Global e Cultura da Paz*. Estudo Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/publicacoes/estnottec/tema3/000027.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2007.

REVISTA VEJA. 11 de Setembro. O Mundo Nunca Mais Foi o Mesmo. *Revista Veja*. São Paulo: Abril, Edição 1768, set. 2002.

VIEIRA, Liszt. *Os argonautas da cidadania*. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

VIOLA, Eduardo; FERREIRA, Leila da Costa (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.